

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO EM MATO GROSSO

*Patrícia Regina Alves Palermo*¹

*Luiz da Rosa Garcia Netto*²

*Paulo José Prado Cruz*³

RESUMO

Para que o turismo evolua de maneira integrada, é preciso que se elaborem políticas apropriadas e associadas a realidade cultural política econômica e social do país. No estado de Mato Grosso os programas federais de fomento ao turismo têm estimulado ações pontuais dos governos, porém o reconhecimento do turismo como uma atividade que requer investimentos públicos e definições de diretrizes que orientem as ações sócio-espaciais voltadas ao seu desenvolvimento ainda não é clara nos diversos setores da administração pública. Sendo necessário levantar e analisar as políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso. Para isso, foram feitos levantamentos bibliográficos, visitas aos órgãos públicos, levantamento das políticas para o turismo no estado e sua análise de maneira científica. Através dessa metodologia alcançamos os resultados, verificando na Política Estadual do Turismo, o MT-20 e a Lei 8.431, que trata do desenvolvimento do estado de Mato Grosso, tendo toda uma estrutura e estratégias, com metas que realmente visam o desenvolvimento do estado através do turismo. Porém infelizmente, essas políticas, ainda não são bem interpretadas pela população, e nem mesmo são colocadas em prática dentro da forma regular que se exige. Há uma grande falta de informações entre as entidades turísticas, bem como as informações para a promoção do turismo, que de acordo com a política nacional do turismo, deve estar descritas nas políticas setoriais, e mesmo assim ainda falta uma melhor articulação dessas políticas, para que o turismo venha contribuir de maneira mais significativa para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso. Estado esse provido de grandes recursos naturais, que se preservado e contemplado de forma sustentável, serão e já são um dos grandes propulsores para o maior desenvolvimento do turismo, e consecutivamente o desenvolvimento do estado.

Palavras-chave: turismo, políticas públicas.

¹ Graduanda (UFMT/GEEPI). E-mail: <prap_geo@hotmail.com>.

² Orientador – ICHS/UFMT/GEEPI. E-mail: <urbanus@terra.com.br>.

³ Graduando (UFMT). E-mail: <eficaz@hotmail.com>.

RESUMEN

Para que el turismo se realice de manera integrada se necesita elaborar políticas apropiadas y asociadas a la realidad cultural, política, económica y social del país. En el estado de Mato Grosso, los programas federales de fomento al turismo vienen estimulando solo acciones puntuales de los gobiernos; por lo que el reconocimiento del turismo como una actividad que requiere inversiones públicas y definiciones de dirección que orienten las acciones socio espaciales hacia su desarrollo todavía no es clara en los diversos sectores de la administración pública. Se hace necesario juntar y analizar las políticas públicas para el desarrollo del turismo en Mato Grosso. Para eso, se hicieron recopilaciones bibliográficas, visitas a los organismos públicos, recopilaciones de políticas para el turismo en el estado y su análisis de manera científica. A través de esta metodología alcanzamos los resultados, verificando en la Política Estatal de Turismo o MT-20 y la Ley 8.431, que trata del desarrollo del estado de Mato Grosso, que hay una estructura y estrategias, con metas que realmente visualizan el desarrollo del estado mediante el turismo. Infelizmente, esas políticas no han sido bien interpretadas por la población y tampoco son puestas en práctica en la forma regular que se exige. Hay una gran falta de información entre las entidades turísticas, así como para la promoción del turismo, que de acuerdo con la Política Nacional de Turismo, debe estar descrita en las políticas sectoriales, pero aun allí falta una mejor articulación de esas políticas para que el turismo pueda contribuir de manera más significativa al desarrollo del estado de Mato Grosso. Este estado tiene grandes recursos naturales que de ser preservados y manejados de manera sostenible son y serán unos de los grandes propulsores para el mayor desarrollo del turismo y por ende del desarrollo del estado.

Palabras clave: turismo, políticas públicas.

Abstract

In order to have an integrated tourist development it is necessary to elaborate appropriate policies and associated to the cultural, political, economics, and social reality of a country. In the State of Mato Grosso, the federal programs of tourist development are stimulating only punctual actions from governments; which makes that the recognition of tourism as an activity that requires public investment and path definitions to lead public socio-spatial actions is not yet clear in the diverse sectors of the public administration. It is necessary to bring together and analyze the public policies to develop tourism in Mato Grosso. To do this, we collected bibliography, made visits to public institutions, collected tourism policies in the state of Mato Grosso and made a scientific analysis. By this methodology, we reached results verifying in the State Policy for Tourism or MT-20 and the Law 8.431, that refers to the development of the State of Mato Grosso, that there exists a structure and strategies, with goals that really view the Mato Grosso development by way of tourism. Unhappily, those policies have been completely understood by the people and neither put into practice in the correct way. There is a great lack of information among the tourist entities as well as in the promotion of tourism, which according to the National Policy for Tourism, should be ascribed in the sectoral policies, but even there, there is a lack of articulation in those policies to allow tourism to contribute most significantly to the development of Mato Grosso. This state contains a great variety of natural resources which when preserved and well managed may become great propulsors of tourism development and by that way to the whole state of Mato Grosso.

Key words: tourism, public policies.

INTRODUÇÃO

O turismo como se conhece hoje teve início somente da segunda metade do séc XIX, com a Revolução Industrial. Surgindo em um cenário repleto de transformações e mudanças como um fenômeno socioeconômico.

O ambiente em que se insere o turismo, nesses últimos anos, é caracterizado pôr mudanças rápidas e pela presença de fatores diversos que atuam sobre o sistema, afetando em diferentes graus as destinações turísticas, causando os mais variados impactos e reações, pôr assim exigirem interações de diversos sistemas, tornando a atividade turística complexa e abrangente.

Nas últimas décadas, o turismo vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico, social e cultural em inúmeros países, convertendo em negócio lucrativo para a maioria das empresas envolvidas com prestações de serviços, nos diversos ramos que compõem a atividade.

No Brasil observa-se uma paulatina mudança do turismo dentro da administração pública federal. Se antes estava relegado a dividir atenção com outros Ministérios (ex: Comércio e Indústria e dos Esportes), atualmente a tendência do poder público considerar o turismo como uma atividade econômica e social importante, com participação efetiva no desenvolvimento do país, está se afirmando com a criação do Ministério do Turismo, exclusivo para atender as demandas das atividades turísticas, com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a partir no ano de 2003, e que tem como missão desenvolver o Turismo como uma atividade econômica sustentável na geração de empregos e divisa, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de política pública, com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico.

Destaca-se na missão do Ministério, um item fundamental, qual seja a condução das políticas públicas com o modelo de gestão orientado pelo pensamento estratégico. No entanto, observa-se que a necessidade da utilização de indicadores que possibilite decisões estratégicas, referentes às políticas públicas, é pouco entendida na prática pelas municipalidades. Geralmente, as administrações municipais encontram barreiras em definir padrões do passado, que possam ser utilizados para o estabelecimento de decisões futuras.

Em Mato Grosso iniciaram-se as ações de iniciativa ao turismo em 1938, com a criação da Reserva Termal das Águas Quentes, na década de 1940, caracterizando a construção de um pequeno empreendimento turístico. Ressaltando que na década de 1960 o advento de Brasília, a integração da economia do estado à economia do centro-sul, a expansão da fronteira econômica, o processo acelerado do crescimento regional, os fluxos migratórios para Amazônia Mato-grossense e sua importância geopolítica e econômica, concorreram para a implantação da infra-estrutura hoteleira na capital, em nível privado e de forma autônoma.

Diante dessa característica o estado passa a criar os órgãos responsáveis pelo incentivo ao crescimento do turismo, bem como políticas que busquem o desenvolvimento dessa atividade econômica para Mato Grosso. Tendo seu grande marco desenvolvimentista em 1995 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso (SEDTUR), buscando a implantação e consolidação de forma realmente significativa do Turismo, através das políticas públicas.

Entretanto, o estabelecimento de políticas públicas não é um processo simples na área do turismo, pelo fato da atividade envolver uma cadeia produtiva formada pôr aproximadamente 52 setores econômicos, e ainda pôr tais políticas serem recentes nos órgãos administradores.

Não obstante, para que o turismo evolua de maneira integrada, é preciso que se elaborem políticas apropriadas e associadas à realidade cultural, política, econômica e social do país, e que necessitem ser desenvolvida através de ações intersetoriais entre os órgãos públicos, bem como, a iniciativa privada e demais órgãos, instituições e entidades formuladoras de políticas e interessados no turismo.

No estado de Mato Grosso os programas federais de fomento ao turismo têm estimulado ações pontuais dos governos, porém o reconhecimento do turismo como uma atividade que requer investimentos públicos e definições de diretrizes que orientem as ações sócio-espaciais voltadas ao seu desenvolvimento ainda não é clara nos diversos setores da administração pública.

Assim justifica-se esse estudo não somente como contribuição teórica sobre o tema, mas por considerar que, ao identificar os indicadores que subsidiam a formulação de políticas públicas locais para o turismo, sob a ótica dos poderes institucionais estratégicos, se poderá conceber tais políticas de maneira integrada no desenvolvimento da atividade.

Essa situação levou ao objetivo geral de se fazer o levantamento e analisar as políticas públicas para o turismo em Mato Grosso. Buscando através dos objetivos específicos esclarecerem sua definição e o melhor entendimento desta atividade econômica, junto aos órgãos responsáveis, levantando as políticas existentes para o turismo, averiguando ações estatais e analisando-as de forma científica, podendo assim vir a se constituir um importante fator de desenvolvimento sustentável (tão em moda!) para Mato Grosso, pois, o seu fortalecimento envolve necessariamente um «jogo político de atitudes e convencimentos» da preservação dos recursos naturais, que caracterizam a matriz das potencialidades turísticas locais.

REVISÃO LITERÁRIA

Para futuras análises e interpretações das políticas existentes para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso faz-se necessário entender o que vem a ser política, suas estratégias, a questão do desenvolvimento sustentável e políticas públicas propriamente ditas, bem como os conceitos relativos ao turismo.

Apesar do crescimento e importância que atividade turística vem adquirindo na prática, existe ainda uma grande lacuna a sua base de conhecimento analítico. Pôr ser uma área de estudo ainda muito recente, não possui um corpo teórico nem uma linguagem aceita unanimemente.

A primeira definição de turismo surge em 1910, com o economista Herman Von Schullern Schattenhofen a definiu como «A soma das operações, principalmente de natureza econômica, que estão diretamente relacionadas com a entrada, permanência e deslocamento de estrangeiros para dentro e para fora de um país, cidade ou região» (Schattenhofen 1910 *apud* Beni 1998: 36).

Como se observa é uma definição basicamente econômica, a qual deixa explícito o potencial de lucro que o turismo possui, esquecendo de todos seus outros aspectos, não menos importante, a saber, como por exemplo, o social, político e ambiental, entre outros.

Surgem então outras teorias de cunho logísticas e holísticas, que vão segmentando toda a cadeia do turismo, podendo ser também abordado de um ponto vista técnico, que de acordo com Beni (1998), foram formuladas para fins estatísticos com o objetivo de controlar o tamanho e as características dos mercados turísticos.

Outros autores mais recentes colocam o turismo como um forte fator social na sua prática que provoca significativas mudanças. O turismo, que, antes de mais nada é uma prática social, vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente uma dinâmica inquestionável (Cruz 2001).

Um conceito que soma os pontos de vista da maioria dos autores se define da seguinte maneira:

O deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por períodos determinados e não motivados por razões de exercício profissional constante. Uma pessoa que reside em um município e se desloca para outro diariamente para exercer sua profissão não estará fazendo turismo. Já um profissional que esporadicamente viaja para participar de um congresso ou para fechar um negócio em outra localidade que não a de sua residência estará fazendo turismo. (Ignarra 1999)

Diante de tais conceitos o turismo nos últimos anos veio se desenvolvendo, com altas taxas de crescimento, se tornando um dos braços propulsores da economia, tendo uma ascensão a nível global. Porém no Brasil ainda essa ascensão é tímida ocupando posição periférica na economia mundial, tanto no que tange a entrada de turistas estrangeiros no país, quanto no fluxo de turistas internos ou no movimento econômico gerado.

Assim, por ser o turismo uma atividade complexa, composta pôr inúmeros elementos e setores, um dos maiores desafios do poder público é propor as políticas públicas e estratégias para seu desenvolvimento, visando a setorialidade junto aos municípios, ou seja, políticas conjuntas com um só objetivo.

Segundo Maar (1982) a política está presente nos relacionamentos com o Estado, com o poder, com a representatividade e participação, com as ideologias, com a violência, seja nos sindicatos, no jogo de futebol, na escola ou no divã, na relação afetiva, no tribunal ou na igreja, na sala de jantar ou na reunião partidária.

Existem assim a política e as políticas, porém apesar das multiplicidades de facetas a que se aplica a palavra «política», uma delas goza de indiscutível unanimidade: a referência ao poder político, à esfera da política institucional.

A política constitui um produto da história, sendo esse o principal motivo ao qual não se deve ater para um único significado amplo da palavra política, pois apagaria todas as figuras com que apresentou na sua gênese. Interessa assim perceber que, apesar de haver um significado predominante, que se impõe em determinadas situações, e que parece como sendo a política, o que existe na verdade são políticas.

Temos como política institucional, a dos partidos, duas faces: uma em relação à sociedade e seus interesses; outra como política de disputa do governo. Sendo uma questão complexa, não resta a menor dúvida que esquina da vertente institucional com a vertente social encontra-se talvez o maior dos desafios políticos. Portanto a atividade política passa a ser uma espécie de mal necessário, uma atividade social transformadora pela qual se visa a realizar certos fins utilizando-se de determinados meios. Enfim, um instrumento e que há precisão na vida em sociedade.

À atividade política caberia privilegiar o estudo e a transformação das condições objetivas na sociedade que permitisse renová-la estruturalmente, com novas relações sociais e políticas, de modo a permitir então a plenitude da vida individual. Em vez de as coisas servirem as pessoas, estas acabam que servem às coisas, ou seja, o mecanismo inexorável da produção capitalista, que acaba alienando o homem, inconsciente do fato de ser ele mesmo, homem, que produz as coisas, as relações entre homens, que produz a si mesmo.

Apesar de seu longo processo histórico, em que vem se afirmando, o importante é que a atividade política continua em movimento, aberta às novas transformações. Nada impede que modifiquem seu caráter ou até mesmo dêem lugar para outras formas, sempre que não correspondam mais aos motivos que provocaram sua existência.

A atividade política entre gregos e romanos mostra como um estado pode ser derrotado por ele mesmo, o termo política foi cunhado a partir das atividades sociais desenvolvidas pelos homens das polis, a cidade Estado grega. Nesse próprio império estariam as causas de suas fraquezas.

Para Maquiavel (1469-1527), a política adquire maioridade quando se passa a distinguir Estado de Governo, para ele não é o nobre que faz política, mas a política que faz o nobre, assim como o hábito faz o monge, a farda faz o militar e o trabalho define o trabalhador. Ou seja, essas considerações mostram que a política pode ser acessível a todos.

Já Marx (1818-1883), a questão do governo é transferida para as classes sociais, portanto o governo deveria se submeter ao comportamento e aos interesses manifestados nesta classe, sendo a preocupação fundamental estudar as classes.

A atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas à necessidade da vida social desenvolvida pelos homens, como a organização da vida coletiva e o atendimento de objetivos comuns. A finalidade específica da política institucional do

prisma do Estado, é a imposição de uma estrutura econômica para sociedade. O mundo já produz alimentos para todos, mas quase metade da população da Terra é desnutrida.

Os objetivos com que se apresenta o atual Estado brasileiro conforme Maar (1982) é segurança e desenvolvimento. Está é a verdadeira face em que o Estado aparece pela qual seu objetivo pode ficar claro como imposição de interesses de exploração econômica na sociedade. A arma é o voto do governo; o voto é a arma do cidadão; de um lado o Estado forte, com máquina administrativa, a aplicação das leis, o poder de polícia; do outro, a sociedade com o direito de manifestar seu aplauso ou seu repúdio pelo voto, e assim se tem um ângulo da sociedade. A prática social nas decisões é o verdadeiro objetivo da atividade política.

A política envolve justamente este possível, mas não necessário, o plano de incertezas envolvidas na passagem dos interesses sociais aos objetivos políticos e seus agentes.

A questão das condições da política sua organização e mobilização ficam evidentes através do exemplo das mulheres que lutam contra a sua discriminação no trabalho, no voto ou em qualquer outra atividade social ou individual, conferindo significado político à sua atuação, pois lutam por direitos a serem institucionalizados pelo Estado. Todas as instituições da sociedade civil reproduzem, sem exceção, esta relação. Isto explicaria, por exemplo, porque o governo precisa de eleição.

As bases da política são os movimentos sociais e cotidianos. Nos movimentos sociais a política revela seu maior potencial dinâmico, pelo constante desenvolvimento de novas formas derivadas de situações cotidianas e da necessidade de sua transformação. A atividade desenvolvida nos movimentos sociais, pela presença que neles ocupam as questões cotidianas, encarrega-se de conferir um novo sentido a uma política progressivamente desmoralizada pela atuação das instituições públicas e das disputas governamental. Isto não é de se estranhar, porque, fora dos momentos eleitorais, a atividade institucional do Estado não oferece espaço à participação das pessoas nas decisões políticas, e aparece apenas como restrição ou imposição de normas legais. A força dos movimentos sociais prove deles mesmos, do seu compromisso como instrumento da coletividade, das comunidades, das associações.

Em resumo pode-se dizer que as culturas cumprem uma função política enquanto ideologia que apresentam interesses particulares como objetivos políticos gerais. Às ideologias cabe dois papéis distintos; promover a legitimidade do poder político através da obtenção do consenso pela direção da participação da opinião pública conforme determinados interesses políticos.

No contexto das políticas públicas pode se dizer que são uma determinação, uma vontade efetiva de atingir um objetivo predeterminado. Uma ação governamental consciente, planejada e efetiva visando solucionar problemas que atingem a sociedade, como a definição clara da contribuição do Estado.

É o sistema de decisões governamentais, que visam ações corretivas ou preventivas a modificar ou manter a realidade de um, vários ou todos os setores da vida social. (Amaral 2004).

Portanto pode-se entender como políticas públicas estratégicas e ações governamentais que visem o desenvolvimento da sociedade, direcionadas para suas reais necessidades. Visando o desenvolvimento regional ou mesmo de uma forma internacional, e ainda sendo esse sustentável.

Há de pensar, porém o que vem a ser estratégias. Estratégia é arte militar de planejar e executar movimento e operações de tropas, navios e/ou aviões para alcançar ou manter posições relativas e potências bélicas favoráveis a futuras ações táticas. Arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vista a objetos específicos (Ferreira 2001).

Dentro do contexto o conceito de estratégia, está mais relacionado a um padrão de comportamento, dentro de um fluxo de ações. Isto é um comportamento consistente, internacional que no seu conjunto, orienta as ações para seus objetivos, um guia para lidar com as situações e que dá origem a planos operacionais. Alcançando os objetivos estratégicos presumi-se um certo desenvolvimento. Ou seja, ato ou efeito de desenvolver-se, crescimento e progresso (Ferreira 2001).

Há ainda uma preocupação com sustentabilidade desse desenvolvimento: Desenvolvimento Sustentável, aquele que concilia métodos de proteção ambiental, equidade local e eficiência econômica e social por meio do emprego e da renda (Amaral 2004).

Esta sustentabilidade, visando à proteção ambiental vem adicionar para análise de propostas para o turismo e o seu espaço, estando ligado às práticas sociais, exigindo assim que haja alguma política direcionada a esse setor.

Assim sendo o Turismo antes de mais nada uma prática social, devem-se analisar as propostas para sua abrangência em Mato Grosso, ou seja, as políticas públicas para o turismo.

Para políticas públicas do turismo, o conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e ações deliberativas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar ou dar continuidade no pleno desenvolvimento da atividade turística do território (Cruz 2001).

Para o desenvolvimento dessas atividades turísticas, através de suas políticas públicas, o Estado tem duas funções básicas (OMT 2001):

- Executar as preferências da sociedade utilizando os instrumentos de regulação econômica, os investimentos e a arrecadação fiscal; e
- Maximizar os benefícios sociais do turismo, facilitando uma maior e melhor informação, formação, gestão, aumento da produtividade do setor público e a provisão de bens públicos, que vão desde a ordem pública até a proteção do meio ambiente.

De acordo com Silva (2000), tipicamente o Estado intervém no turismo nas seguintes áreas:

- Estabelecer uma política de turismo livre;

- Facilitar os meios de acesso ao descanso e às férias remuneradas;
- Estudos de recursos e atrativos turísticos no país ou região;
- Proteção ecológica dos espaços turísticos;
- Formação profissional e técnica;
- Elaboração de normas que regulem as atividades turísticas;
- Promoção dos investimentos privados no setor do turismo através de medidas fiscais e creditícias;
- Realização de obras de infra-estrutura que facilitem as comunicações e permitam a chegada e a estada do turista; e
- Elaborar e executar campanhas de promoção turística.

Nesse contexto, Paloma (*apud* Silva 2000) aponta as seguintes linhas e medidas de atuação de uma política turística:

- a) Promoção de expansão do turismo estrangeiro – intensificação da promoção exterior, manutenção dos preços turísticos em níveis competitivos, melhoramento dos meios de comunicação e de transporte, estabilidade política do país receptor, ordenação da oferta turística, incorporação de novas formas e modalidades turísticas;
- b) Ordenação turística – adequada regulação ou regulamentação da oferta hoteleira, extra-hoteleira e de outras formas de alojamento, em categorias e tipologia, regulação das agências de viagens, em função de deficiências observadas nos processos de comercialização, distribuição e recepção, ordenação dos mercados de locação de veículos, circuitos turísticos;
- c) Melhora da capacidade de concorrência – melhoria das instalações receptoras, alcance da estabilidade dos preços turísticos, elevação da competitividade de oferta no mercado internacional, aumento da profissionalização no conjunto das atividades turísticas;
- d) Melhora do padrão de estacionalidade ou sazonalidade – fomento do turismo interno, atuando como complemento ao turismo internacional ou vice-versa, difusão dos atrativos culturais, artísticos e naturais, criando um turismo circunstancial, apoio à celebração de convenções e congressos.

METODOLOGIA

Os dados para análise e interpretação do desenvolvimento do setor terciário do turismo, dentro desse contexto foram levantados a partir de referências bibliográficas para conceitos chaves, levantamento de projetos e programas direcionados aos órgãos competentes como Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Secretaria de Estado de Planejamento e Controle Geral (SEPLAN), SEDTUR, Arquivo Público, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, identificando suas funcionalidades, seus períodos e resultados.

Analisamos as políticas públicas no âmbito do turismo, para uma melhor interpretação do desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

A busca pôr métodos que melhor se adequaria ao objetivo do projeto, nos levou ao método analítico e sintético. Que segundo Seabra 2001, o analítico consiste na decomposição do objeto de estudo nas suas partes integrantes, a fim de que os componentes individuais possam ser observados por diferentes ângulos. Já o sintético compreende a integração dos componentes sistêmicos, incluindo-se entre estes o elemento humano, visto que as sociedades humanas e os demais biótipos e biótipos constituem a mesma realidade ambiental. Tendo assim essas metodologias a integrar e generalizar elementos obtidos pela análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao levantar e analisar as políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em Mato Grosso, foi possível identificar as de maior relevância, através das visitas em órgãos públicos, e assim através da metodologia usada, segue-se os resultados.

Iniciando de uma forma mais ampla, tem-se o Plano de Desenvolvimento de Mato Grosso, o chamado MT-20, com políticas estratégicas previstas para os próximos 20 anos, estando ainda em fase preliminar de seu desenvolvimento. Elaborado com iniciativa e liderança do Governo do Estado, devendo ser entendido como uma estratégia de desenvolvimento, tendo o estado como o principal executor dos programas e projetos.

O Plano se apresenta organizado pôr sete eixos, que se destacam em programas e subdividem em projetos. Entre eles o de nosso interesse vem ser o eixo quatro, que trata da diversificação e adensamento das cadeias produtivas, onde está localizado o Programa de Desenvolvimento do Turismo, implantado através de quatro projetos complementares e articulados, são eles:

1. Ampliação e melhoria da infra-estrutura de turismo e dos serviços e apoio ao turismo no estado;
2. Qualificação e capacitação para o turismo, desdobrando em dois subprojetos:
 - a) Capacitação de mão-de-obra turística
 - b) Capacitação das comunidades locais, para facilitar as relações com os turistas.
3. Promoção e divulgação dos atrativos turísticos e do calendário de eventos dos diferentes pólos turístico de Mato Grosso.

Outra importante política levantada é a Política Estadual de Turismo de Mato Grosso 2004-2013, disponibilizada pela Secretaria de Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso (SEDTUR).

A SEDTUR tem como meta tornar estado um destino turístico consolidado e competitivo no Brasil e no Exterior. Portanto seus princípios gerais visam estabelecer e introduzir mecanismos de mudança e de regulação possível para a implantação das atividades turísticas, através das seguintes ações colocadas pela SEDTUR.

- a) Sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômico;
- b) Desenvolvimento dos recursos humanos;
- c) Desenvolvimento turístico regional, respeitando as especificidades locais;
- d) Respeito à ética e a legislação em vigor;
- e) Sinergia da cadeia produtiva, visando otimizar os esforços dos agentes envolvidos;
- f) Democratização do acesso ao turismo e das informações;
- g) Priorização do fomento e apoio aos pequenos empreendimentos;
- h) Embasamento científico monitoramento das ações de desenvolvimento do turismo.

Observa-se um conjunto de fatores que condicionam os caminhos para o desenvolvimento do turismo, determinando as prioridades, bem como o planejamento das atividades no território estadual por parte do poder público, como do privado em relação a empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal.

A política estadual tem como objetivo geral transformar Mato Grosso em destino turístico diferenciado e competitivo, tanto para o mercado nacional como internacional, contribuindo para posicionar entre as atividades líderes do estado, na promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural.

Para se alcançar esse objetivo foi criado dentro da política estadual as políticas setoriais, que visa o fortalecimento da estrutura do turismo, o desenvolvimento das cadeias produtivas e a promoção e divulgação das ações realizadas no turismo.

Para a realização dessas políticas são analisadas as áreas estratégicas, essenciais para a formação dos planos e programas estaduais ou municipais de gestão dos processos de desenvolvimento do turismo tanto a nível regional como dos corredores turísticos locais. Assim sendo destaca-se um conjunto de fatores que devem ser considerados, entre eles a gestão institucional e pública, onde a visão cotidiana do turismo supõe a existência de uma cadeia produtiva que articula as diversas atividades que compõem o produto turístico final demandado. A participação da comunidade no planejamento também se destaca, sendo imprescindível à hospitalidade da população local, ate dos investimentos nacionais e internacionais necessários para sua implantação e gestão. Seguindo assim área de grande importância, ou seja, a municipalização e regionalização do turismo, com objetivos de promover um ordenamento, qualificação e a diversificação da oferta turística, a formatação e certificação da qualidade do produto turístico e seus indicadores, conhecimento, valorização e proteção do patrimônio natural/histórico/cultural, incentivos e financiamentos disponibilizados e estratégias de divulgação e promoção.

Essas estratégias devem estar direcionadas com as cadeias produtivas, com o desenvolvimento do turismo em áreas naturais.

As metas da Política Estadual até 2007 conforme SEDTUR são:

1. Aumento do fluxo de turistas internos, nacional e internacional em 5% a.a.;
2. Aumentar a estada média de turistas ara 7 dias;

3. Aumentar o gasto médio per capita em 10% a.a;
4. Desenvolver no mínimo três produtos turísticos de qualidade para o mercado nacional e internacional
5. Aumentar a receita gerada com a atividade de R\$ 152,4 milhões em 10% a.a.

Outra política que vem somar para o desenvolvimento do turismo no estado está inserida na Lei 8.431, de 30 de dezembro de 2005, que define a lei de desenvolvimento do estado de Mato Grosso, designando no seu capítulo V, art 19, o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Mato Grosso (PRODETUR), tendo a finalidade de implantar programas para melhor aproveitamento do potencial turístico no estado.

Diante das políticas levantas para o desenvolvimento do turismo, levantou-se a questão da atuação das mesmas no estado e se essas vem demonstrando resultados. Saliendo ainda a ação do governo é um dos fatores fundamentais na gestão do turismo.

Assim sendo, as políticas públicas para o turismo no estado, atende as questões de cunho social, ambiental, econômico e político, se apresentado de forma bastante estruturada, visando realmente um maior crescimento desse setor na economia de Mato Grosso. Porém também é ressaltado que tais políticas ainda não alcançaram suas metas, muito pouco tem sido feito na prática.

A falta de infra-estrutura nos principais pontos turístico no estado é bastante marcante, como o caso do Parque Nacional de Chamada de Guimarães, desprovido de segurança nos percursos até as cachoeiras, bem como o apoio de funcionários no parque para atender o turista.

Portanto mesmo com os fóruns realizados para maiores discussões, as políticas não estão funcionando como deveriam, e como estão no papel. Há de se verificar toda cadeia produtiva do turismo, para que essas ajam de forma regular, e mesmo interligadas.

Para isso, como discutido pôr Ferreira (2001), todo esse contexto deve estar provido das estratégias, liderando um fluxo de ações. Estratégias essas que já existem, mas que faltam ser colocada em prática.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas seguiram o cronograma inicial, bem como os objetivos propostos.

Sendo assim foram feitos levantamentos bibliográficos e levantamentos de conceitos, nas bibliotecas. Em seguida foram feitas visitas nos órgãos públicos com a finalidade de levantar as políticas públicas existentes para o desenvolvimento do turismo em Mato-Grosso.

Após tais levantamentos buscou-se analisar as políticas e leis encontradas, bem como as principais ações estatais dentro do contexto do estado. E através dos resultados salientar as análises feitas buscando sempre base na pesquisa científica levantada.

E assim tentar alcançar o objetivo de melhor esclarecer através dos levantamentos e análises, como se desenvolve a políticas estatais para o setor do turismo.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Houve uma dificuldade significativa, para encontrar materiais nos órgãos públicos visitados, bem como muitas vezes as disponibilidades de informação pelos funcionários.

Outro momento de algumas tensões e contratempos foi no material que tange a políticas públicas para o turismo, não sendo um material de fácil acesso.

Para superação das dificuldades, intensificamos a busca por bibliografias e contatos com órgãos em questão, conseguindo assim resultados viáveis para uma análise consistente.

CONCLUSÕES

O turismo aparece como primeiro setor da economia mundial, com altas taxas de crescimento, por esse motivo se transformou em vetor econômico e social, que além de despertar o interesse político, no que tange investimentos para um maior desenvolvimento do setor.

Setor esse que tem uma visão altamente econômica, e que por esse motivo exige estratégias, para alcançar seu desenvolvimento. Essas estratégias são elaboradas através das políticas públicas, sendo os órgãos governamentais responsáveis por sua atuação, ou seja, devem se entender claramente as políticas setoriais, para os municípios.

Porém infelizmente, essas políticas, ainda não são bem interpretadas pela sociedade, e nem mesmo são colocadas em prática dentro da forma regular que se exige. Há uma grande falta de informações entre as entidades turísticas, bem como as informações para a promoção do turismo, que está descrita na política nacional do turismo, e mesmo assim ainda falta uma melhor articulação dessas políticas, para que o turismo venha contribuir de maneira mais significativa para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Estado esse provido de grandes recursos naturais, que se preservado e contemplado de forma sustentável, serão e já são um dos grandes propulsores para o maior desenvolvimento do turismo, e consecutivamente o desenvolvimento do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta a possibilidade de reunir a visão de diversas instituições envolvidas na atividade turística, direcionadas para melhor compreensão das formulações das políticas públicas para o turismo local.

Torna-se, portanto uma pesquisa relevante tendo em vista que os governos estão empenhados em criar estruturas de base para o desenvolvimento do turismo, e ainda que reconhecem que a gestão da atividade é um fator primordial para tal. Nas atuais gestões, tanto nacional, estadual e municipal, tem-se se visto uma crescente preocupação com o desenvolvimento da atividade turística. Porém percebe-se uma grande falta de articulação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lucas Alvaro

2004 «Desigualdades territoriais. Limite e possibilidades de uma política pública de desenvolvimento regional. Na contemporaneidade de Mato Grosso». Cuiabá, UFMT, 2004. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

BENI, Mário Carlos

1998 *Análise Estrutural do turismo*. São Paulo: Ed. SENAC.

BRASIL, Ministério do Turismo

2007 *Plano Nacional do Turismo*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/upload/plano_nacional_do_turismo.pdf>. Acesso em 22 de julho.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da

2001 *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda

2001 *Miniaurélio Século XXI Escolar: O mini Dicionário da Língua Portuguesa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FERREIRA, João Carlos Vicente

2001 *Mato Grosso e Seus Municípios*. Ed. 19. Cuiabá: Buriti.

IGNARRA, Luiz Renato

1999 *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira.

MAAR, Leo

1982 *O que é Política: Coleção Primeiros Passos*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense.

OMT

2001 *Introdução ao Turismo*. Traduzido pôr Dolores M. Rodriguez Córner. São Paulo: Roca.

SEABRA, Giovanni de Farias

2001 *Pesquisa Científica: O Método em Questão*. Brasília: Universidade de Brasília.

SILVA, Jorge Antônio Santos

2000 «Pensando o planejamento face à intervenção do estado no turismo: a questão do sistema do informações». *Itajai*, vol. 2, N° 5, pp. 9-22. São Paulo.